

RELAÇÃO ENTRE O PRÉ NATAL E O NASCIMENTO PRÉ TERMO

INTRODUÇÃO: A prematuridade é responsável por altas taxas de complicações pós-natais e de morbimortalidade infantil. Regiões com indicadores desfavoráveis do Produto Interno Bruto (PIB) possuem piores desfechos gestacionais, como o município de Araranguá, o maior entre os 15 municípios que compõem a microrregião da “Associação de Municípios do Extremo Sul de Santa Catarina” (AMESC), atendida por um único hospital de maior complexidade, de caráter público. O pré-natal inadequado possui grande impacto na prematuridade no país, muitas vezes justificada pela desigualdade social, baixa escolaridade e multiparidade, sendo os dois primeiros em destaque em Santa Catarina, e a AMESC o terceiro lugar do estado na assistência pré-natal insuficiente. **OBJETIVO:** Avaliar como a adesão ao pré-natal, realizada pelo Sistema Único de Saúde (SUS) pode influenciar no nascimento prematuro na AMESC. **MÉTODO:** Estudo transversal com 153 recém-nascidos, divididos em dois grupos: 20 no grupo estudo (<37 semanas de gestação) e 133 no grupo controle (>37 semanas de gestação); obtidos por análise de prontuários e aplicação de questionário com a mãe no formato de entrevista individualizada. A análise estatística foi realizada no Software STATISTICA® (13.0). O teste de Kolmogorov-Smirnov foi utilizado para verificar a normalidade. Para analisar a relação entre o parto prematuro e o número de consultas pré-natal ou plano de saúde foi aplicada a regressão logística com significância de $p < 0,05$. **RESULTADOS:** O número reduzido de consultas pré natal menor do que 6 ($p = 0,01$) e a quantidade de famílias sem plano de saúde ($p = 0,004$) possuem uma associação positiva com o parto prematuro. Foram consideradas as recomendações do Ministério da Saúde de seis ou mais consultas pré natais, quantidade esta que possibilita minimizar desfechos indesejáveis. **CONCLUSÃO:** A prematuridade tem como fator de risco a baixa adesão às consultas pré natais realizadas pelo SUS.

REFERÊNCIAS:

1. Coimbra, Liberata C et al. Fatores associados à inadequação do uso da assistência pré-natal. Revista de Saúde Pública [online]. 2003, v. 37, n. 4, pp. 456-462. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-89102003000400010>>. Epub 29 Mar 2004. ISSN 1518-8787. <https://doi.org/10.1590/S0034-89102003000400010>.
2. Cruz, Simone Seixas da et al. Prematuridade ao nascer, hipertensão materna e outros fatores associados: um estudo de caso-controle na região do Vale do São Francisco. Rev. Bras. Pesq. Saúde. 2018, v. 20, n. 4, p. 113-119.
3. Freitas, Paulo Fontoura e Araújo, Rafael Rodrigues de. Prematuridade e fatores associados em Santa Catarina, Brasil: análise após alteração do campo idade

gestacional na Declaração de Nascidos Vivos. Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil [online]. 2015, v. 15, n. 3, pp. 309-316. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1519-38292015000300006>>. ISSN 1806-9304. <https://doi.org/10.1590/S1519-38292015000300006>.

4. Gatta, Michela et al. A Psychological Perspective on Preterm Children: The Influence of Contextual Factors on Quality of Family Interactions. BioMed Research International. 2017; 2017:9152627. DOI: 10.1155/2017/9152627
5. Rosa, Natana Pereira da et al. Fatores de riscos e causas relacionados à prematuridade de recém-nascidos em uma instituição hospitalar. Research, Society and Development. 2021; v. 10; n. 9; e55610918431. ISSN 2525-3409
6. Santa Catarina. Diagnóstico da Realidade Social da Criança e do Adolescente do Estado de Santa Catarina: Direito à Vida e à Saúde [livro eletrônico]. 1ª ed. Florianópolis, SC. Painel Pesquisas e Consultorias. 2018; 04 18–22515 CDD–304.6098164. Disponível em: <https://www.sds.sc.gov.br/index.php/conselhos/cedca/diagnostico-da-realidade-social-da-crianca-e-do-adolescente-do-estado-de-santa-catarina/3445-caderno-1-diagnostico-social-sc/file>
7. Trevisan, Maria do Rosário et al. Perfil da Assistência Pré-Natal entre Usuárias do Sistema Único de Saúde em Caxias do Sul. Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia [online]. 2002, v. 24, n. 5, pp. 293-299. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0100-72032002000500002>>. Epub 24 Jul 2002. ISSN 1806-9339. <https://doi.org/10.1590/S0100-72032002000500002>.

PALAVRAS-CHAVE: Recém-Nascido Prematuro, Cuidado Pré-Natal, Sistema Único de Saúde.